

**DA ÁGORA AO *PANTHEON*:  
intelectuais de “Atenas” e a literatura romântica no Maranhão**

*Rafael Serra de Resende*

Graduado em História pela Universidade  
Estadual do Maranhão

**Resumo:** Com um caráter de destaque literário, as construções simbólicas colocaram-se como ícones da identidade dos maranhenses, como sinônimo de superioridade cultural, como uma distinção no campo das letras. A literatura romântica do Grupo Maranhense foi o mecanismo legitimador das criações poéticas sobre a grandeza do Maranhão, tendo destaque as personalidades de Gonçalves Dias, Odorico Mendes, João Lisboa e Sotero dos Reis. Os postulados da Crítica literária e da Sociologia mostraram um conceito específico ao modo de percepção dos letrados, isto é, só fazia sentido para os indivíduos que detinham os mecanismos necessários para decodificar este conceito enquanto um bem cultural de natureza simbólica. O conjunto da população maranhense não estava inserido nesta forma de pensar sobre a Província do Maranhão.

**Palavras-chave:** Literatura romântica; Grupo Maranhense; Historiografia; Atenas Brasileira.

**Abstract:** With a character of literary detach, the symbolic constructions was placed as icon of the maranhense's identity, as synonymous of cultural superiority, as a distinction in the letters area. The romantic literature of the maranhense group was way legitimator of the poetical creations about Maranhão greathness, detaching the personalities as Gonçalves Dias, Odorico Mendes, João Lisboa e Sotero dos Reis. The of criticize literary and of sociology postulates showed a specific concept to the man of letter's perception way, in other words, made sense only for the individuals that detained the forms necessities to decode this concept while a cultural element of symbolic nature. The set of the maranhense population was not inserted in this thinking away about the Maranhão Province.

**Keywords:** Romantic literature; Maranhense Group; historiography; Brazilian Athens.

## Sobre História literária

O que intencionou o historiador a aventurar-se pelas escorregadias tramas da literatura? Que legitimidade houve em produzir história literária? O que significou a literatura para o ofício do historiador? Se as respostas a estas perguntas estimulam, a princípio, a relação tensa existente entre história e literatura, foi igualmente verdadeiro que a compreensão promovida pelos princípios geradores de tais indagações esteve no limiar próprio do papel desempenhado pelos “construtores da história” e sua manipulação, ou sua apropriação e ressignificação do texto literário como fonte de pesquisa, como fonte produtora de conhecimento histórico.

A compreensão destas e de outras questões constitui-se em um mecanismo fundamental para a apreensão dos significados produzidos ao redor da noção de Atenas Brasileira. A constatação de a História do Maranhão ter sido fruto do amálgama entre Literatura e História nos possibilitou entender o local ocupado pelas elaborações literárias no processo de construção de identidades<sup>1</sup> durante o século XIX no Maranhão e, de maneira mais específica, promoveu a problematização do modo como a idéia de singularidade da cidade de São Luís colocou-se no bojo das produções históricas do Maranhão, também durante grande parte do século XX nestas terras.

As potencialidades da literatura, no que se refere à elaboração de representações sobre o real, ou melhor, do verossímil, só foram possíveis através das lacunas abertas pelas palavras: o discurso<sup>2</sup>. A palavra metamorfoseada em forma de narrativa trouxe consigo os significados das hierarquias e das noções de valor dos ambientes sociais das quais elas foram fruto. Assim, mais do que fascínio, oriundo da relação entre as palavras e o real, foram as proporcionalidades entre a idéia de enredo e o papel do “ser” no mundo, que estreitaram os métodos e as possibilidades significativas entre História e Literatura (SEVCENKO, 2003, p. 28).

---

<sup>1</sup> A ficção não seria o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo, onde os limites da criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador. Para o historiador, a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta, o que nela se resgata é a re-apresentação do mundo que comporta a forma narrativa (PESAVENTO, 1995).

<sup>2</sup> O discurso não é somente um conjunto de signos, elementos significantes amalgamados em uma narrativa que remetem a conteúdos e representações acerca de objetos. Discursos são também práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (CERTEAU, 2006).

A análise da produção literária através de um olhar historiográfico trouxe profundas contribuições, ou melhor, significados muito peculiares para a pesquisa histórica. Se no século XIX a Literatura esteve na fronteira entre o discurso e o testemunho, ela ofertou à história um olhar mais candente sobre as tensões sociais. A Literatura modificou os mecanismos de permanência da história factual em anseios por transformações, por fim, de um passado obscuro através do despontar de um outro momento consolidado na ilustração, no intelecto, na erudição.

O compromisso da Literatura estava mais ligado à fantasia, ao imagético, do que propriamente com o real. Da verossimilhança literária, a História extraiu a leveza e o tom suave peculiar aos enredos poéticos, e as possibilidades interpretativas do que poderiam ser a ordem das coisas, na relativização do próprio real (SEVCENKO, 2003, p. 29).

De modo geral, constata-se que, para além das variantes em relação aos conceitos mais centrais na narrativa, a exemplo da própria idéia de *verdade*, Nicolau Sevcenko nos mostra que “a literatura, portanto, fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram” (SEVCENKO, 2003, p. 30). Essas possibilidades proporcionaram uma outra leitura sobre a criação literária chamada de “Atenas Brasileira”, afinal, os escritores, isto é, os letrados maranhenses, relacionavam-se com suas obras por meio de laços absolutamente históricos e a compreensão sobre as narrativas produzidas estava interligada ao contexto que as tornou possíveis.

Que tarefa foi essa desempenhada pelos historiadores na releitura do passado, que pretendia ser diferente da Literatura, se afinal, tudo são textos, narrativas e enredos? O entendimento do que seja a História ou a Literatura, ou ainda sua íntima relação, foi o que definiu com maior ou menor entendimento os significados e as representações elaborados em torno da idéia de “Atenas Brasileira”.

Neste sentido, a História é uma construção, um relato, e como tal, põe em cena tanto o presente quanto o passado; seu texto faz parte da Literatura. A objetividade ou a transcendência da História foi uma miragem, pois o historiador esteve e está engajado nos discursos através dos quais ele constrói o objeto histórico. A resposta à pergunta formulada nos foi oferecida por Hayden White, em *Meta-História: a imaginação histórica no século*

XIX. White ofertou à História e aos historiadores o entendimento de sua própria prática, através da qual a “Atenas Brasileira” é também entendida. No intuito de diminuir as distâncias entre o ofício do historiador e o labor literário, afirmo tal qual Hayden White que

Considerarei o labor histórico como o que ele manifestadamente é, a saber: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que se pretendia um modelo, ou ícone de estruturas e processos passados no interesse de *explicar o que eram representando-os* (WHITE, 1995, p.18, grifo no original).

A pretensão de entender o fortalecimento e estruturação desse mito identitário, tão singular para uma parcela dos maranhenses, pode ser um tanto dificultosa se ao historiador que se aventura neste emaranhado faltar a compreensão de que sua tarefa e sua análise são, acima de tudo, historiográficas. Em outras palavras, a “Atenas Brasileira” e as problemáticas conceituais que dela foram oriundas conduziram ao entendimento de que a História Literária do Maranhão, na maior parte do século XIX, foi fruto de uma justaposição, uma colagem de discursos fragmentários e textos ligados entre si por cronologias diferenciais (COMPAGNON, 2006, p. 222-223).

A História é uma vitrine e nela estão expostas identidades sociais; sempre voláteis, múltiplas, dinâmicas, mas nunca dadas, em hipótese alguma, acabadas, terminadas, concluídas; elas estão sempre em formação. Identidades sociais não tendem a simbolizar desligamento, mas sim uma idéia de filiação, ou melhor, de pertencimento, neste caso filiação através da notabilidade literária. É no lugar da ambigüidade entre o evento (chamado de *real*) e o relato (chamado de *discurso*), que reside a legitimidade do trabalho histórico; é onde se encontra a oportunidade de inferência e de leitura do historiador frente uma determinada simbolização social, e onde o literato encontra as lacunas que fomentam sua capacidade criadora.

Por um lado, a história comporta-se como o olhar lançado de uma época sobre suas origens, afirmando em relação a seus precedentes *eu não sou isso* e, acima de tudo, postulando a multiplicidade própria de elementos identitários, no sentido de que uma geração pensa a si mesma como algo superior ao que pretende ser, sendo determinada pelos elementos que nega e não legitima.

Esta é a história. Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo desdobramento de um relato, resistência e denegação da origem, desvelamento de um passado morto e resultado de uma

prática presente. Ela reitera [...] os mitos que [...] fazem da linguagem o vestígio sempre remanescente de um começo tão impossível de reencontrar quanto de esquecer. O discurso histórico não é senão uma cédula de uma moeda que se desvaloriza. Afinal de contas não é mais de que papel. [...] o texto da história sempre o retoma, [...] articulado com aquilo que não é (CERTEAU, 2006, p. 57-58).

Colocou-se o que Michel de Certeau chamou de *o lugar do morto*, no sentido de ser a história responsável por evidenciar uma população de coisas e indivíduos mortos – personagens, mentalidades, práticas, memórias... A escrita, segundo Certeau, representaria um tipo de *rito de sepultamento*, em outras palavras, de abstração de temporalidades em favor da colocação dos fenômenos sociais na esfera do discurso, adquirindo, portanto, um aspecto simbolizador dos eventos trasladados do real para o simbólico através da narrativa. Nesse sentido, a relação existente entre a emergência de grupos literários e a elaboração de algum tipo de identidade cultural no Maranhão do século XIX, foi analisada nos parâmetros da dinâmica da narrativa como elemento de criação dos sentidos dos eventos historicizados.

### **Grupo Maranhense e “Atenas brasileira”**

Neste trabalho, o destaque é dado à emergência do “Grupo Maranhense”<sup>3</sup> enquanto padrão necessário para compreender a representatividade que houve na formação da “Atenas Brasileira” como sinônimo de grandeza dos literatos maranhenses. Esta narrativa está centralizada na historiografia em torno da literatura produzida pelo chamado Grupo Maranhense do Romantismo brasileiro.

Por considerar a distinção entre manifestação literária e produção literária propriamente dita, foi possível identificar com o advento da literatura romântica o aparecimento de produtores literários mais conscientes de suas funções, e que compreenderam a literatura através de mecanismos simbólicos sistêmicos, pelos quais as veleidades intrínsecas aos indivíduos transformaram-se em pontos de contato entre os

---

<sup>3</sup> Muito embora ocorram divergências relativas à unidade do chamado Grupo Maranhense, os historiadores da literatura brasileira convergem de certo modo ao separar a ação dos literatos românticos no Brasil em grupos específicos (diferente do Romantismo europeu que é estudado uniformemente), entre os quais o Grupo Maranhense figura com alguma relevância neste sentido referente ao aspecto vernaculista de seus escritos. A produção narrativa de literatos como Antonio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Francisco Sotero dos Reis e Manoel Odorico Mendes e Gomes de Castro colocou o Maranhão no âmbito da produção e circulação de obras de literatura não apenas no Maranhão, mas no Brasil.

vários sujeitos sociais (cientes ou não de sua ação) produtores de múltiplas apreensões da realidade (CANDIDO, 1975a, p. 23-24).

A independência oficial do país (1822) foi de fundamental importância para a compreensão dos desmembramentos da idéia romântica, deslocando a expressão de uma nova ordem de sentimentos por parte do indivíduo em relação ao seu papel na sociedade e com relação à pátria; a criação de uma literatura também independente, diversa e múltipla que buscasse novos modelos explicativos relacionados com a liberdade; e a noção de que a atividade intelectual era sinônimo do exercício de elaboração de um espaço diferenciado, de um ambiente nacional (CANDIDO, 1975b, p. 11). Em outras palavras, ambicionava-se que a literatura romântica fosse para o Brasil a mesma coisa que a independência representou no âmbito da política.

O Romantismo comportou-se de maneira diversa tanto na Europa quanto no Brasil. René Wellek mostra que

Se examinarmos as características da literatura que se chamou a si mesma de romântica em todo o continente, encontraremos pela Europa as mesmas concepções de poesia e dos produtos e natureza de imaginação poética, a mesma concepção de natureza e sua relação como homem, e basicamente o mesmo estilo poético, com emprego de imagens, símbolos e mitos claramente distintos do emprego do neoclassicismo do século XVIII (WELLEK, 1963, p. 145).

Por outro lado, para evitar olhar o Romantismo de maneira acrítica, convém realizar algumas sinalizações referentes aos desmembramentos do Romantismo no Brasil, pois em meio à uniformidade do amor à pátria, diferentemente da Europa, a expressão romântica brasileira foi localizada e mostrou-se de maneira múltipla por diversos grupos.

Mesmo com uma ação localizada por parte dos grupos específicos de literatos em relação à produção romântica, a ligação destes letrados com a Europa, especificamente Portugal, era um mecanismo de legitimidade de seus escritos. Era a Universidade de Coimbra o centro para onde convergiam os maranhenses que ambicionavam aprofundar os estudos, e foi ao que se atribui o gosto dos mesmos pela leitura dos clássicos como o exemplo de Manoel Odorico Mendes – intérprete de Homero e Voltaire – e João Francisco Lisboa e Sotero dos Reis, ambos exímios tradutores de clássicos da literatura.

Se com o Romantismo afloraram as novas temáticas de poesia e uma outra compreensão de realidade social e do papel do artista na sociedade, no Maranhão, o

aparecimento do Grupo Maranhense teria sido responsável por consolidar a produção literária local no cenário das letras nacionais.

A tautologia, própria das narrativas históricas sobre o assunto, instiga uma evocação coletiva do denominado “Grupo Niterói”, formado pelos maiores expoentes do movimento romântico, esquecendo-se, porém, de que entre estes incluem-se não só Gonçalves Dias, mas “o Grupo do Maranhão, que valeu o cognome famoso à capital da Província, do qual se destacam Francisco Sotero dos Reis e João Francisco Lisboa” (CANDIDO, 1975b, p. 47).

Entre os integrantes do referido grupo, uns se destacaram mais que outros. Entre eles, figuraram personalidades como Odorico Mendes, jornalista e político liberal, que se destacou nacionalmente por sua mente ilustrada e ainda clássica, destacando ainda sua ação ativa na reflexão dos elementos nacionais então em evidência através do olhar crítico das páginas do *Argos da lei* (1825).

João Francisco Lisboa, jornalista liberal e historiador, atuou como um dos maiores prosadores; além de ser ele o elaborador de uma das matrizes historiográficas brasileiras, representou uma verdadeira ruptura das fronteiras da então literatura nacional.

Sotero dos Reis, filósofo e gramático, foi o primeiro a sistematizar a organização gramatical e lexical da língua e da literatura portuguesa e brasileira. De inclinação conservadora, Sotero foi mestre de toda uma geração de letrados. Sotero rivalizava com Lisboa no campo da política e em outras instâncias da sociabilidade. Esta idéia quebra a noção de que teria existido um Grupo Maranhense em sua acepção de homogeneidade; o que houve foi a ação localizada de cada literato na esfera de produção maranhense.

Gonçalves Dias compõe o quarto baluarte da formação do chamado Grupo Maranhense. Colocado como uma personalidade inconfundível no cenário das letras nacionais, foi visto como o verdadeiro consolidador do movimento romântico no Brasil.

Na narrativa elaborada pelo grupo, coloca-se como característica em suas poesias a explicitação de uma determinada visão de mundo, fruto da transição do Arcadismo para o Romantismo, atuando como parâmetro estético e pelo qual seria possível entender as funções próprias da obra literária produzida, afinal, foram estes os elementos que determinaram a análise da criação literária romântica como um produto de elaboração

do grupamento social que se pretendia culturalmente hegemônico, segundo um viés explicativo que lhe fora particular.

Não era lícito verbalizar o veredicto do clamor às glórias da terra do Maranhão, ou do enobrecimento de suas raízes atenienses, e muito menos promover a elaboração de uma narrativa pseudamente desconstrucionista, que desconsiderasse elementos históricos importantes neste processo de invenção de identidades. Em vez de criar marcos fundantes, parece ser mais coerente mostrar a importância desta construção simbólica para a trajetória identitária no Maranhão, na busca de desmembrar o status representativo que legitimou a produção da literatura local.

A exaltação do Grupo Maranhense se configurou como o resultado do processo de integração do Maranhão ao cenário de unidade nacional que então se gestava. Se as afirmações em torno do caráter identitário da Atenas do Brasil geram controvérsias, parece muito claro que esta idéia de “grupo” se comportou como um elemento de integração social dos letrados ainda no século XIX e, posteriormente, de uma parcela considerável de admiradores desses maranhenses no século XX.

A princípio, foi a concepção de criar vínculos entre as separadas esferas de poder, tanto o político quanto o intelectual, que impulsionou a juventude, ou melhor, os pais destes jovens a introduzi-los na carreira jurídica. Após a formação, estes personagens, os filhos da aristocracia, formaram um conjunto de sujeitos específicos, tratados como criadores, portadores de idéias superiores e que, com o passar do tempo, fomentaram um suposto ambiente de intelectualidade na província do Maranhão.

Não houve como negar que, de algum modo, os letrados da Província na primeira metade do século XIX no Maranhão, a exemplo de Gonçalves Dias, João Lisboa, Odorico Mendes e Sotero dos Reis, não tenham cumprido o seu papel de elite intelectual, ou seja, como indivíduos a quem foi atribuída à tarefa de elaborar uma determinada visão de mundo, de transmitir um ideário de conhecimentos que acabaram por se consolidar como um sistema explicativo de determinada época. Em outras palavras, foi a ação específica de personalidades como as do chamado Grupo Maranhense que possibilitou a elaboração, a posteriori, da simbologia da “Atenas Brasileira”.

Tal processo de elaboração de respostas aos anseios pessoais, ou de construção de uma outra realidade que fosse simbolicamente representada, foi desempenhado pelo

próprio ato de criação dos letrados em suas obras. Afinal, por intermédio destas os intelectuais também exerceram um poder, ainda que mediante a persuasão e não a coação, nas formas extremas de manipulação dos fatos por meio de uma verdadeira psicologia (BOBBIO, 1997, p. 112).

Em outras palavras, a ação organizacional dos letrados se deu em suas atividades políticas na capital da Província e fora dela, e acima de tudo, na relação direta com as esferas de poder. Relação perceptível quando João Francisco Lisboa e Odorico Mendes ocuparam importantes cargos na estrutura burocrática do Estado ou quando Francisco Sotero dos Reis rivalizou com Lisboa na elaboração de uma outra concepção de política, debate este que se travou entre a *Chronica Maranhense* e a *Revista*, de propriedade de Lisboa e Sotero, respectivamente.

Não colocamos em questão qual a função de cada letrado na estrutura de poder, mas a compreensão de que o letrado tinha de inferir na realidade social e reconstruí-la através de sua ação tanto política quanto poética, e, desta maneira, mostrar as formas pelas quais as suas idéias influenciaram um certo conjunto de ações sociais, ou de maneira inversa, pensar as razões da ausência de uma relação direta entre a ação do letrado, enquanto sujeito esclarecido de sua função social, e a reação do conjunto da sociedade.

Alguns destes elementos e os caracteres contidos nesta análise nos sinalizaram o fato de que possivelmente a noção de distinção cultural só faria sentido dentro da lógica específica de compreensão dos próprios letrados, ou seja, havia uma clara diferenciação entre o tipo de sociedade pensada pelos letrados, com características de erudição, intelectualidade, instrução e hábitos refinados; e aquela vivenciada pelo restante da população, formada por pessoas desprovidas de instrução formal, ou no máximo tendo as chamadas “primeiras letras”. Sem considerar, é claro, a enorme quantidade de escravos que habitavam a província.

Se por um lado o que chamamos de independência política do Brasil começa em 1822 e um projeto maior de autonomia data de 1808, com a vinda do aparato real português para o Rio de Janeiro; por outro lado, através da literatura, noções mais claras de identidade, sentimentos e ideais nacionais foram refletidos e desenvolvidos. Não por acaso encontram-se nos escritos dos literatos românticos os elementos que a história legou a posteridade como sendo aspectos de consolidação de princípios de unidade nacional e

sentimentos de filiação entre os indivíduos envolvidos no rótulo de “brasileiros”. Afinal, foi à literatura a primeira a refletir sobre tais questões.

Nesse sentido, não é forçoso admitir que o Romantismo fosse o equivalente espiritual da autonomia lograda com a independência política. Apesar deste quadro de mudanças no modelo de reflexão, e até mesmo na estética dos textos literários, é necessário afirmar que não havia uma densidade espiritual no núcleo provinciano cognominado “Atenas Brasileira”, nem no que se refere à circulação nem no “consumo” destas obras de literatura em geral; isso dado à própria configuração social da sociedade brasileira no século XIX, profundamente escravocrata e elitista.

A grande tese do trabalho dos românticos do Grupo Maranhense foi mostrar que se a natureza e a população do Brasil (tão bem decantados por Gonçalves Dias) eram distintas da portuguesa, a literatura brasileira seria analogamente diferenciada da portuguesa, pois pretendia expressar-se sobre temas e objetos que se julgavam nacionais, ou mesmo específicos a uma determinada realidade, tal qual a *Canção do Exílio*<sup>4</sup> de Gonçalves Dias, que falava não de sua nação, mas de sua cidade natal Caxias, no interior da província do Maranhão (SOTERO DOS REIS, 1873).

Como bons românticos, era urgente ao Grupo Maranhense descobrir, ou melhor, forjar, uma tradição, uma carga complexa de heroísmo; em outras palavras, era necessária a criação de um mito nacional, pois aos românticos maranhenses era cara a existência de uma literatura com traços passados bem definidos, a qual eles pudessem se filiar como herdeiros de uma respeitável tradição que legitimasse o seu lugar próprio de produção (CANDIDO, 1976).

O que estava posto era o embate entre o empreendimento de uma nova literatura, independente e autônoma, e a criação de um passado glorioso, do qual os poetas se pretendiam herdeiros. Tal qual a história do novo império do Brasil, nascido em 1822, que se apresentava ausente, a literatura do início do século XIX ainda não era tão hermética quanto pretendia. No Maranhão, a elaboração da ateniensidade da capital representava a

---

<sup>4</sup> O poema *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias, é emblemático de uma estética romântica, relacionada a uma visão do elemento nacional que instrumentaliza a cultura brasileira, principalmente após a independência política do Brasil. Essa perspectiva nacionalista de forjar uma identidade local através da produção literária apresenta-se, em boa parte do século XIX, nas literaturas de países europeus.

transição de uma consciência do legado da tradição para a sua utilização em forma de temas identitários pela elite local.

A contemplação grandiosa e cheia de esplendor da natureza da Província comportou-se como cenário digno de grandes atos e enobrecedor desta epopéia dos costumes literários no Maranhão. Foram as palavras de Ferreira Valle, no jornal *O Progresso*, de 16 de abril de 1850, que nos deixaram convencidos disso:

São Luís! E esse o nome da minha terra natal: no mundo não tem igual.  
Minha cidade gentil, das agoas nasce risonha, sempre alegre e vecejante, a quem saúda o navegante do seio do mar de anil [...].  
A aurora quando desponta vem cercada de primores, e harmônicos cantores, festejam seu despontar: tudo goza alma alegria, nessa terra abençoada quando amanhã desejada no mundo se vem nos mostrar [...].  
Os lírios cheios de orvalho exalam doces perfumes, cantão sentidos queixumes, as tristes aves nos moinhos saúdam o nascer do dia. No seu galho o sabia canções elevão a Jehovat, nos ramos os passarinhos [...].  
Nas nossas terras do norte maior brilho tem o sol: tem da manhã o arrebol  
Mas cortejo de cantores – A nossa lua he mais bella que a dos mares do sul, tem o mais brilhante azul como seu manto de mil cores [...].  
He uma terra benedicta a terra de São Luís. Não há no mundo paiz que abunde em mais primores. Quem me dera verte já oh minha pátria querida, quero em ti perder a vida o terra de meus amores (VALLE, 1850, p. 2).

Se por um lado, a ação conjunta do Grupo Maranhense foi interpretada como fundamento da elaboração de um certo modelo de identidade baseada na instrução e na cultura clássica da Europa; por outro, foi na figura específica de Francisco Sotero dos Reis, que as transformações literárias do período adquiram sentido e maior consistência. No livro *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, publicado no ano de 1868, Sotero clarificou, com olhar de profundo crítico literário e tradutor, as modificações que ocorriam então na produção literária brasileira.

Sotero estabeleceu a este passo uma importante comparação entre as literaturas brasileira, portuguesa e européia, de maneira geral, e afirmava:

Formada no seio de um povo culto, e com uma língua aperfeiçoada, a litteratura brasileira, não apresenta os antecedentes de uma época de rudeza, e outra de polimento, como os povos europeus que se emancipáram ainda mui atrasados em civilização; e posto que nascida ontem, pois não tem meio século de existência sequer, já conta com escriptores mui distinctos por seu talento, instrucção, critério e bom gosto, ou pode figurar no meio das litteraturas dos povos cultos do universo, porque pertence a um povo que se emancipou civilizado. (SOTERO DOS REIS, 1873, p. 289-290).

A fala de Sotero dos Reis mostrou, conforme destacamos antes, a compreensão de que com o Romantismo inaugurou-se uma era de literatura autônoma, através da qual

idéias de singularidade, ou melhor, de civilização, seriam afirmadas e transmitidas pela poesia como elemento formador (ou fundador) de um tipo de identidade. O Maranhão não cedia seu lugar a outras províncias do império, no que se referia à busca pelo progresso intelectual, uma vez que não seria possível imitar-lhe o interesse pelas boas letras (SOTERO DOS REIS, 1973, XXI).

Referências como essas de Sotero dos Reis, que continham forte alusão à ilustração, polimento, autonomia literária, escritores de variados talentos e critérios, bom gosto pela obra escrita, possibilitaram à posteridade, elaborar em torno dos poetas maranhenses uma distinção identitária chamada de *Atenas Brasileira*, que a princípio estava relacionada com uma esfera restrita de produção cultural e posteriormente foi estendida ao conjunto da sociedade maranhense. Esta concepção foi cristalizada nas palavras de Rossini Correa: “maranhenses nascidos na Atenas Brasileira. Atenas Brasileira nascida dos maranhenses” (1993, p. 104).

De um lado, a “Atenas Brasileira” não funcionou como elemento de coesão identitária pretendido, e muito menos como marca do “ser maranhense”. Por outro lado, fazia total sentido na mente dos que dela se apropriaram como símbolo da produção literária. O caráter ideológico que fomentou os discursos de singularidade na historiografia maranhense não era comum à população, mesmo aos que possuíam certa instrução, mas mantinha-se restrita ao ciclo dos letrados (CORREA, 1993, p. 112).

Façamos uma distinção neste ponto da narrativa. A historiografia clássica<sup>5</sup> do Maranhão postulou que foi de responsabilidade do Grupo Maranhense a elaboração das condições básicas à criação da “Atenas Brasileira” e igualmente responsáveis pela organização da estrutura social maranhense por meio das idéias progressistas de fortalecimento do Estado-nação. Contudo, a “Atenas Brasileira” não foi elaborada pelos letrados do Grupo Maranhense, mas consolidada em torno, ao redor, da ação individual de cada literato no despontar de sólidos princípios românticos, entre os quais a grandeza da nação, o culto à maestria do poeta enquanto gênio criador, a relevância da narrativa literária enquanto fomentadora de uma “realidade” simbolizada textualmente.

---

<sup>5</sup> Por “historiografia clássica” definem-se as produções históricas e literárias do século XIX e início do século XX, no Maranhão, que trazem consigo uma base neoclássica no estilo narrativo e idéias da grandeza de um passado imemorial referente à Província do Maranhão.

Foi exatamente ao redor desta ação que o ideal identitário da Atenas Brasileira sacralizou-se, num momento em que a ação individual de cada letrado era interpretada como uma contribuição consciente na elaboração de uma diferenciação e auto-afirmação do ponto de vista da cultura e da instrução. Afinal, a produção literária constituía-se em algo maior que uma simples distração dos “espíritos superiores”, sendo na verdade a base concreta de um modelo claro de reflexão sobre a nação e, principalmente, a respeito do trabalho do poeta, que era um amálgama entre labor histórico e fazer literário (CORREA, 1993, p. 115-122).

Nesse sentido, várias controvérsias foram geradas pela historiografia local até chegar ao consenso de que teria sido o Grupo Maranhense, o responsável pela criação deliberada de um particularismo aristocrático que singularizasse a Província do Maranhão, chamando-a de *Atenas Brasileira*, pois o celeiro de grandes poetas, ou o berço do bem falar a língua portuguesa teria se transformado na acrópole de maior erudição.

A “Atenas Brasileira” foi uma construção discursiva que objetivava consolidar e legitimar os literatos e seu campo de produção cultural, enquanto elementos hegemônicos e indispensáveis à reflexão do ambiente de reprodução social dos maranhenses, pois os escritores constituíram desde a época do Romantismo um setor que criava profundas relações de força com as demais camadas da elite dominante, direcionando a criação de uma auto-imagem erudita e intelectualizada, em função da legitimidade do *status* social de um determinado grupo que se pretendia dominante (BOBBIO, 1997, p. 102).

As características que singularizavam a “Atenas Brasileira” foram resultado do advento do Romantismo. Foi a idéia de *fundação* dos pensadores românticos que impôs uma vinculação interna pela qual foi conservada a mitologia ateniense na condição de elemento permanentemente presente, à maneira do mito psicológico que repetiria elementos imaginários. Dessa forma, não era desconexa a afirmação de que a “Atenas Brasileira” comportara-se como busca constante de encontrar novas possibilidades de exprimir-se, quer com novas linguagens formuladas pelos literatos em seus jornais e obras poéticas ou com novos valores sociais fortalecidos pela ação dos intelectuais (CANDIDO, 1975a).

A elaboração da “Atenas Brasileira” pretendeu situar-se além da temporalidade, colocando-se fora da história, numa noção de “presente contínuo”. A tipologia foi originária da sociedade maranhense e posteriormente engendrou-se nela própria, uma vez

que ofereceu uma gama de representações da realidade que aludiam à superioridade da gente e da terra da Província, e que eram reorganizadas em função da ampliação de seu sentido. Foi essa reorganização e ampliação de sentidos que possibilitou a mitologia ateniense repetir-se indefinidamente ao longo dos séculos.

A literatura comportou-se como um símbolo responsável pela diferenciação, pela distinção de uma coisa da outra, por afirmar que no conjunto da formação nacional brasileira, o Maranhão se diferenciava por sua cultura erudita e intelectualizada. A idéia de fundação dos românticos trouxe comunicação do *real* com o invisível, através da narrativa poética, e mostrou o aparecimento de um signo cujo valor era medido não pela sua materialidade, mas por sua força simbólica que produzia novos e contínuos desmembramentos (CHAUI, 2002, p. 11-12).

As referências literárias acerca da opulência literária da Província do Maranhão levam a crer que estava em curso, na época, uma verdadeira revolução no campo das letras. Certamente, o período vivido foi de importantes acontecimentos, não só para a Província do Maranhão ou para seus filhos ilustres, mas no que se referia à própria literatura romântica nacional, que tinha se consolidado à compreensão de se encontrar em um momento bastante distinto, voltado para o desenvolvimento das letras no Maranhão.

De alguma maneira, a década de 1840 foi fundamental para o desenvolvimento das letras no Maranhão. Nos jornais do período destacava-se a forma sólida como a literatura estava se desenvolvendo por todo o império, a exemplo do Rio de Janeiro, conhecido pelo excelente ambiente para a produção cultural. Destacava-se que, além da tiragem de jornais, não havia nenhuma outra produção periódica em andamento mesmo nas províncias mais adiantadas do império. Até então era apenas a Província do Rio de Janeiro que possuía produção de gênero literário.

Nessas circunstâncias, procurou-se salientar de todo, as maneiras que as primeiras tentativas de oferecer uma nova alternativa de leitura se deram no Maranhão, no sentido de que ambicionavam promover a instrução e o divertimento das pessoas dadas à leitura. Por volta de 1845, iniciaram as primeiras publicações da Associação Literária Maranhense, que, apesar de incipientes a princípio, tomaram consistência no propósito de estimular o desejo pela boa literatura, de tal maneira que, em 25 de julho de 1845, publicaram o primeiro volume do *Jornal de Instrução e Recreio*, o qual, passado o período

de um ano, sofreu consideráveis melhoramentos e tomou o novo rótulo de *O Arquivo* (COLIN, 1846, p. 177).

O clima de renovação no cenário das letras foi intensificado pela criação da Sociedade Filomática Maranhense, através da qual puderam ser oferecidos diversos cursos à sociedade ludovicense, entre Física, Aritmética, Química e outros. O problema consistiu no fato de que, com o passar do tempo, a frequência dos alunos a tais cursos foi diminuindo progressivamente até serem fechados por falta de quem pudesse prestigiar as ministrações. Clara evidência das profundas contradições da cidade onde se opunham poetas e letrados e uma população sem qualquer instrução formal na maioria dos casos (COLIN, 1846, p. 177).

Para clarificar a idéia de que o clima de efervescência estava disseminado por todo o Brasil, relatou-se a criação do Instituto Histórico da Bahia, que, em 2 de agosto, publicou o primeiro número do seu periódico, o qual, por sua vez, priorizava artigos em prosa e em verso. Em Pernambuco seguiu-se a criação da Sociedade Filomática Olindense, composta, em sua maioria, por estudantes de Direito.

O ponto alto do artigo encontrado no jornal *O Arquivo* versava sobre os responsáveis por despertar o desejo dos literatos em promover o sucesso das letras em outras partes do país. Apesar de isoladas, as falas nos jornais e folhas literárias certa firmeza em afirmar que em desenvolvimento moral, o Maranhão era uma das primeiras províncias do império, superior a tantas outras e rival à altura de províncias como Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia (COLIN, 1846, p. 178-179).

Nesse novo fôlego para criar glórias à cidade de São Luís, a tradição literária ganhou ímpeto com um importante anúncio publicado no jornal *O Progresso*, em 1º de fevereiro de 1847, que trazia a notícia de que nos últimos meses do ano anterior haviam sido publicados na Capital do Rio de Janeiro os *Primeiros Cantos* do Dr. Antônio Gonçalves Dias, que, a fim de ampliar sua base intelectual e à procura do reconhecimento que ainda não obtivera na terra natal, encontrava-se de partida, em 1845, da Capital ludovicense com destino à Capital do Império. Apesar de, como tantos outros, consolidar sua escrita literária fora do Maranhão, a obra de Gonçalves Dias foi responsável por cristalizar a Província como uma terra de poetas por excelência (O PROGRESSO, fevereiro de 1847, S/N, p. 4).

Outro ano sintomático para a produção literária local foi 1852, quando João Francisco Lisboa, inicia a circulação de seu *Jornal de Tímon*. Nesta Província, a sátira aos costumes políticos, com fortes características de erudição, tinha espaço pela pena de Lisboa, que conservou elementos de uma combativa crítica às contradições sociais ludovicenses e à luta anti-colonial. Foi João Francisco Lisboa o mais incisivo erudito a sinalizar as fragilidades da cidade que se mostrava na época pouco produtiva no que se referia à relação literato e público leitor.

Em 1859 emana desta cidade, que se pretendia ilustrada, mais um fluxo de intensa produção literária local. Dava-se o início da circulação das *Obras Completas de Virgílio*, cuja tradução fora feita pelo ilustre humanista Manoel Odorico Mendes. Características importantes foram erigidas em torno destas publicações e de seu significado para a produção literária local.

Não coloco em questão a importância dessas obras para a circulação literária nacional, mas mostramos o quanto tais iniciativas se comportaram de maneira isolada, também porque distantes umas das outras, não sendo suficientes para ter fomentado na capital do Maranhão um ambiente de intensa produção de obras literárias, ou por colocar seus “filhos” no patamar de heróis, isto é, de salvadores da “República das Letras”.

A sociedade ludovicense era um amálgama formado por sujeitos de diferentes grupamentos sociais, empenhados em diferenciar-se uns dos outros, de todas as maneiras possíveis. De um lado, o *efervescente desenvolvimento* das letras locais, e de outro, a falta de instrução e os hábitos rudes de um povo que a todo custo tentava imitar a sociabilidade européia, quer no vestir, quer no comer, ou em suas aspirações de futuro próximo.

Não bastava possuir grandes literatos, Lisboa ou Odorico; não bastava o conhecimento das letras, latim ou francês; faltava algo. Foi a “Atenas Brasileira” que preencheu a lacuna restante nos hábitos desta erudita e refinada Província.

O que vimos acima foi uma prática de negação; negação de hábitos europeus. Negação trazida literariamente pelo movimento romântico, que tinha Gonçalves Dias como importante personagem. Foi o elemento romântico que possibilitou ressignificar, não apenas o papel da poesia que era escrita, mas fundamentalmente repensar qual o lugar ocupado pelo homem na organização do mundo (CANDIDO, 1975a, p. 23).

## O vate romântico

Se em momentos anteriores, fora destacada a importância da natureza maranhense em meio às palmeiras onde cantava o sabiá de Gonçalves Dias, como característica simbolizadora da Província, como uma espécie de cosmos autônomo, singular, superior, rico, supremo, emaranhado junto à narratividade individualizante do Romantismo; seguidamente a isto, não convinha deixar de mencionar um outro elemento fundamental presente na elaboração do mito ateniense do Maranhão e que também foi explicado pelo Romantismo: o culto à “missão do vate”.

Foi sem dúvida pela idealização sobre o poeta, que se tornou possível entender o conceito da missão do escritor no Romantismo. Mesmo em diferentes épocas e com diferentes intensidades, os literatos do referido período sentiam-se portadores de sentimentos, ou verdades, de que a maioria eram superiores e a outros tantos, ocultas, dada sua magnitude. Esse ideal retomou, entre outras coisas, a tendência a explicações transcendentais, rumo à compreensão de que sua escrita comportava-se como um destino à beleza, ou seus versos direcionados ao divino. Quer fosse uma missão espiritual para uns, ou social para outros, o certo era que as representações de um destino superior, a exemplo da vocação do Maranhão para o refinamento nas letras, clarificavam o dever poético dos literatos em relação aos demais (CANDIDO, 1975a, p. 27).

Os *Suspiros Poéticos e Saudade* de Gonçalves de Magalhães representaram com primor o que falamos aqui:

Vate, o que és tu? És tu mortal ou nume?  
Por onde cantas ó vate? Por onde cantas?  
Qual é a tua missão? O que é tu mesmo? [...]  
Tudo te escuta; e para responder-te,  
do passado o cadáver se remove,  
o presente te atende; e no futuro eternos vão soar os teus acentos.  
(MAGALHÃES apud CANDIDO, 1975a, p. 28).

Tais palavras não seriam mais familiares se soubéssemos que falavam do sublime Gonçalves Dias? Não seriam elas mais próximas se versassem sobre a erudição de Odorico Mendes ou João Francisco Lisboa? Certamente. A noção de grandiosidade foi característica marcante a todos os poetas da literatura maranhense que figuraram nesta odisséia de Atenas, que tantos românticos carregaram consigo.

Uma vez vislumbrando o mundo de maneira mais dinâmica, ambicionavam imprimir nesse mundo uma marca que lhes fosse peculiar, que os definisse, pois sendo a literatura fruto das particularidades de quem a escreveu, tornou-se menos obscura a idéia de que eram os literatos que singularizavam a produção poética e não o lugar onde os textos eram escritos. (CANDIDO, 1975a, p. 28).

Pela trajetória intensa, apesar de breve, Gonçalves Dias consolidou-se como personalidade por excelência de certos valores românticos voltados para a valorização do *eu* em detrimento do mundo. O ano de 1846 representou a consolidação definitiva de uma escrita em muito diferenciada dos antigos árcades, pois se dava então a publicação dos seus *Primeiros Cantos* na cidade do Rio de Janeiro. Diferentemente de seus predecessores, tal qual Gonçalves de Magalhães ou Francisco Adolfo de Varnhagen, Gonçalves Dias propôs em sua escrita, uma seqüência poética mais ritmada e mais dinâmica, sendo também responsável por uma certa agitação na imprensa literária tanto nacional quanto portuguesa (O PROGRESSO, 1847, n. 127, p. 3).

Apesar de a notícia acerca da publicação da obra de Gonçalves Dias ter chegado ao Maranhão apenas em fevereiro de 1847, esta não se deu menos carregada de elogios ou lucubrações referentes à sua escrita. Em Antônio Gonçalves Dias cristalizaram-se as idéias de que, com a independência política, a situação literária também se modificara, uma vez que teria a nação brasileira se inserido através da Literatura, no conjunto das grandes nações. Era patente e clara a compreensão de que outros fatores contribuiriam para tal estado das coisas, neste sentido, as representações elaboradas em torno dos *Primeiros Cantos* foram significativas, já que puseram em definitivo, o Maranhão no contexto das letras nacionais, não pelo valor individual da obra, mas pelo conjunto de toda a produção romântica de Gonçalves Dias (O PROGRESSO, 1847, n. 124, p. 4).

### **Considerações finais**

O poeta romântico maranhense passou a representar a figura do gênio brasileiro. Inspiração, sentimento e cor eram características sempre marcantes em seus versos, que em rima fácil e melancolia ao gosto do leitor, colocavam-se como essência própria do *eu* individualizado, como um cosmo independente do universo. Tornou ele vate,

gênio, poeta em que se abrigaram os sentimentos mais nobres do coração humano. A crítica literária afirmou ser o poeta romântico um autor modesto que não amalgamou padrinhos que lhe oferecessem mérito.

Em tais circunstâncias, um elemento já estava cristalizado no entendimento dos pensadores da literatura nacional: a poesia de Gonçalves Dias expressava tons narrativos de natureza serena e bucólica. Mesmos com versos ora duvidosos em relação à verossimilhança, ora pensativos, no que diz respeito à profundidade de sua própria ação, em uma mistura de ciência (noção fundamental no pensamento racional oitocentista) e crença em elementos transcendentais, notava-se uma semelhança com o Romantismo que Lamartine consagrara em seus versos. A sensibilidade dos versos de Gonçalves Dias foi de fundamental importância para a idéia de “Atenas Brasileira” existir enquanto sinônimo de excelência na escrita e na fala dos maranhenses.

A elaboração de tal categoria explicativa sobre o desenvolvimento da Literatura maranhense foi mais resultado das representações construídas a posteriori sobre o trabalho individual de cada letrado. Foram as influências românticas que afetaram diretamente a geração posterior a Gonçalves Dias e aos outros letrados (mortos) do Grupo Maranhense, os “responsáveis” por um certo tipo de singularidade literária.

Não foi sem propósito que enfatizamos a proeminência da ação de Gonçalves Dias como reflexo da criação poética. A elaboração de *Atenas Brasileira* estava diretamente relacionada ao papel desempenhado pelos gênios criadores da prosa e da poesia. Não foram as características exóticas das terras maranhenses as responsáveis por fomentar um ambiente diferenciado na província do Maranhão, mas a atitude dos letrados que despontaram na criação literária, e colocaram, ainda que indiretamente, a sua terra natal no cenário das letras nacionais.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira**: dialética e dualidade segundo Antônio Cândido e Roberto Schwarz. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BACZKO, Bonislaw. **Os imaginários sociais**. Lisboa: Enciclopédia Einauld / Casa da Moeda, 1985.

BANN, Stephen. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

\_\_\_\_\_. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004c.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. **Formação da Literatura Brasileira**. v. 1. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975a.

\_\_\_\_\_. **Formação da Literatura Brasileira**. v. 2. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975b.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIEU, Roger. **A História cultural**. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo: vol. 11, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COLIN, A. Frederico. Desenvolvimento literário. **O Arquivo**. n. 09, 1846, p. 177-179.

COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da teoria**: literatura e senso comum. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.

CORREA, Frederico José. **Um livro de crítica**. São Luís: Typografia Frias, 1878.

GONÇALVES DIAS, Antonio. **Obras póstumas**. São Luís: Typografia Teixeira, 1868.

HERCULANO, A. Futuro literário de Portugal e Brasil. **O Progresso**. n. 31, 1848, p. 02-04.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.) **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. Lisboa: Enciclopédia Einauld / Casa da Moeda, 1985.

LEAL, Antônio Henriques. **O Phanteon maranhense**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

LISBOA, João Francisco. **Obras**. 3. ed. v. 4. São Luís: ALUMAR, 1991.

MALERBA, J. (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

PESAVENTO, Sandra J. (org.). **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural**. São Paulo: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil: século XIX e XX. **Revista Anos 90**. n. 4, dezembro de 1995, Porto Alegre, p. 115-127.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOTERO DOS REIS, Francisco. **Curso de literatura portuguesa e brasileira**. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1873.

VALLE, Ferreira. Maranhão. **O Progresso**, n. 44, 1850, p. 2.

WELLEK, René. **Conceitos de crítica**. São Paulo: Cultrix, 1863.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: USP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: UNESP, 1994.

